

LUÍS HENRIQUE DE OLIVEIRA

**O COMPORTAMENTO CAMPONÊS: CARACTERÍSTICAS
ECONÔMICO-SOCIAIS DO CAMPESINATO. PIRANGA 1780-1820.**

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Mariana, 2004.

LUÍS HENRIQUE DE OLIVEIRA

**O COMPORTAMENTO CAMPONÊS: CARACTERÍSTICAS
ECONÔMICO-SOCIAIS DO CAMPESINATO, PIRANGA 1780-1820.**

**Monografia apresentada ao Curso de
História do Instituto de Ciências Humanas e
Sociais da Universidade Federal de Ouro
Preto como parte dos requisitos para
obtenção do grau de Bacharel em História.
Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto
Venâncio.**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Mariana, 2004.

**A minha família,
em especial a meus pais, por tudo que passamos**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	09
CAPÍTULO I : Contextualização da região -----	17
1.1 Agricultura, Pecuária e Mineração -----	19
1.2 A Utilização da mão-de-obra escrava -----	30
1.3 Mariana e Piranga: Entre a Comarca e a Freguesia -----	32
CAPÍTULO II : Dinâmica Econômica -----	41
2.1 A posse de Escravos -----	41
2.2 Uma economia em crescimento -----	48
CAPÍTULO III : A força da tradição -----	58
3.1 A hierarquia dos investimentos -----	60
3.2 Tradição x Inovação -----	65
3.2.1 Cultivos e produtos -----	65
3.2.2 Técnica e instrumentos: Investimentos e inovações -----	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	77
BIBLIOGRAFIA E FONTES -----	80

LISTA DE TABELAS

Tabela I	Distribuição dos proprietários por atividade produtiva	20
----------	--	----

Tabela II	Produção Agrícola em Guarapiranga	22
Tabela III	Distribuição da ocupação dos chefes de domicílio do distrito de Manja-Léguas	25
Tabela IV	Posse de escravos em Guarapiranga	43
Tabela V	Frequência dos tipos de dívidas em Guarapiranga	50
Tabela VI	Evolução do Monte-mor médio em Guarapiranga	53
Tabela VII	Evolução do Monte-mor médio em Mariana	55
Tabela VIII	Composição da riqueza em Guarapiranga	61
Tabela IX	Valor da produção em Guarapiranga	69
Tabela X	Participação dos produtos com relação ao monte-mor	70
Tabela XI	Instrumentos de trabalho em Guarapiranga	72
Tabela XII	Participação dos instrumentos com relação ao monte-mor	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I	Proporção de escravos e livres na composição dos Domicílios com plantéis entre 1 e 15 escravos	46
-----------	--	----

Gráfico II Evolução do monte-mor médio em Guarapiranga 54

LISTA DE ABREVIATURAS

ACSM Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

AHCMM Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

INTRODUÇÃO

A compreensão da lógica de funcionamento do sistema colonial brasileiro alimentou importantes debates, principalmente a partir dos anos 70. Ainda hoje

identificamos correntes de interpretação sobre os ritmos da economia colonial brasileira, dividida entre as visões clássicas, externalistas, e as visões revisionistas, internalistas. Preferimos entendê-las, não como oponentes ou antagônicas, pois apesar das falhas identificadas, cada trabalho possui algo a acrescentar na formação das explicações acerca da economia colonial/Imperial brasileira.

A visão clássica é defendida por autores como: Roberto Simonsen, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Fernando Novais, entre outros, que procuram entender a economia colonial, como majoritariamente agro-exportadora, predominando a *plantation* com grandes plantéis, negando ao mercado interno, um dinamismo econômico, o considerando, como exclusivamente voltado para o autoconsumo.

As críticas a estas formulações externalistas, iniciaram-se com Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, ganhando força mais recentemente, entre outros, com João Luis Fragoso e Manolo Florentino. Segundo estes autores, a produção e comercialização de gêneros para o abastecimento das regiões agro-exportadoras, geraram um vigoroso e dinâmico mercado interno, possibilitando acumulações endógenas no espaço colonial. Mesmo nos momentos de baixa da economia de exportação o mercado interno se mantinha forte. Isto configuraria a formação de circuitos mercantis inter e intra-regionais de produtos para o abastecimento, tendo como principais regiões: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e a Região Sul. Acreditamos que este modelo econômico existiu em

algumas regiões de Minas, e nosso trabalho busca mostrar até que ponto a região aqui estudada, apresenta estas características. No entanto, esta visão revisionista, vem sendo criticada por alguns pesquisadores da UNICAMP, que discordam de certas metodologias adotadas por alguns autores como Frago e Florentino.

Consideramos necessária, esta sucinta explicação sobre os modos de compreensão da economia brasileira, pelo fato de trabalharmos com uma região e um período, em que ocorre uma mudança fundamental no eixo econômico, ou seja da mineração (Mercado externo) para a agropecuária (Mercado interno). O início do século XIX representa para Minas Gerais, um momento importantíssimo em sua trajetória histórica. Foi um período de reordenamento econômico-social, ocorrido pelo fato da mineração ter perdido para a agropecuária, sua condição de principal atividade econômica.

Para muitos estudiosos, toda economia mineira, com o declínio da mineração, entra em um processo de estagnação e decadência.¹ Segundo Francisco Eduardo Andrade, estes autores afirmam que nenhuma riqueza conseguiria substituir o dinamismo econômico da exploração mineratória.²

Podemos caracterizar a província de Minas Gérias, como sendo composta por três áreas, de acordo com suas características geográficas e produtivas: 1)

¹ Entre eles: SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Editora Nacional, Brasília, INL, 1977. e FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

² ANDRADE, Francisco Eduardo. *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH, UFMG, 1994. (Dissertação de Mestrado).

Área formada por regiões estritamente voltadas para a mineração; 2) Área composta por regiões exploradas inicialmente em função da mineração, porém, amplamente propícias à transição para atividades agrícolas; 3) Esta área seria formada por regiões voltas estritamente para a agricultura. Com isso a economia mineira, após o auge minerador, não apresentaria decadência total, pois, entraria em cena, agora como atividade central, a agropecuária. Segundo Fragoso³, com a queda da mineração a população mineira se dirige para as atividades como agricultura e pecuária, voltadas para o mercado interno. No entanto, ressaltando que mesmo no auge, a mineração não excluía as atividades agropecuárias do seu espaço econômico.

Portanto, acreditamos em uma crise localizada, ou seja, que teve efeitos mais prejudiciais somente sobre as áreas estritamente mineradoras, onde não foi possível, por motivos mesmo geográficos, uma transição para as atividades agropecuárias.

Com relação à região escolhida para análise, elegemos a Freguesia de Guarapiranga, que é a atual cidade de Piranga. É uma região que se situa na Zona da Mata Mineira, que é tradicionalmente conhecida como propícia às atividades agropastoris, mas, que inicialmente foi ocupada por exploradores em busca de ouro. Inseri-se, portanto, na segunda área acima delimitada, ou seja, passível de transição para a agricultura, e que não sofrerá tão sensivelmente o choque

³ FRAGOSO, João Luis R. *Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

provocado pelo fim da mineração, pois, como nos mostra Ângelo Carrara: “Enquanto a população dos distritos mineradores declinou ou estagnou a partir de 1780 (ano para o qual dispomos das primeiras evidências) as freguesias das áreas de fronteira, (Piranga e Rio Pomba), tiveram um crescimento acentuado.”⁴

Com relação ao período delimitado, além de seu marco inicial, o ano de 1780, como já constatamos, ser o ano para o qual dispomos dos primeiros indícios de declínio da mineração, segundo Carla Almeida: “os anos de 1780 a 1810 podem ser considerados como o período em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal, e as atividades agropecuárias passaram a ser seu eixo central”⁵ Este período caracteriza-se pelo fato das unidades produtivas buscarem primeiramente a auto-suficiência, comercializando nos mercados locais, seus eventuais excedentes.

Depois de caracterizarmos os recortes, espacial e temporal, como propícios às atividades agropecuárias, cabe expormos nossas hipóteses, que tornarão mais clara a compreensão de nosso trabalho.

O tema principal de nossa pesquisa, o campesinato, característico de uma produção voltada para o mercado interno, trata-se de um ponto bastante delicado de nossa historiografia. Segundo Ricardo Abramovay⁶, o conceito de camponês,

⁴ CARRARA, Ângelo Alves. A Capitania de Minas Gerais, (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. In: *História Econômica & História de Empresas III*. 2.2000. p.47

⁵ ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Niterói. ICHF/UFF. 1994. (Dissertação de Mestrado).

⁶ ABRAMOVAY, Ricardo. Duas visões do Campesinato. In: *Revista de Estudos Econômicos*. n.2, V.20, 1990. p.306

ao invés de possuir uma unanimidade entre os pesquisadores, suscita diversos tipos de abordagem.

A hipótese inicial de nosso trabalho é mostrar que na Freguesia de Guarapiranga, como fala Francisco Eduardo Andrade havia a presença de um “Complexo agrário camponês”⁷, e que segundo Fragoso seria marcado tanto pela presença de camponeses, quanto pela sua combinação com o trabalho escravo, possuidores de lógicas distintas da *plantation*. Depois de identificada a presença deste complexo camponês, nossa segunda hipótese, buscará caracterizar a postura destes camponeses, durante o período delimitado. Ricardo Abramovay procura mostrar em seu texto, duas condutas do campesinato. Entre elas, a “Economia Moral”⁸, onde o camponês fica preso a uma ética de subsistência, que encontra na miséria a segurança e estabilidade, um camponês que procura evitar riscos e com isso mantém seu padrão de vida sem profundas alterações.

No decorrer do texto, veremos que nossa primeira hipótese foi comprovada, pois, encontramos para a região de Guarapiranga, todas as características de uma economia campesina. No entanto, com relação à nossa segunda hipótese, encontramos algumas constatações dissonantes, pois detectamos na economia local, sinais de dinamismo econômico. Esta confirmação, talvez nos aproxime, com certa cautela, do segundo modelo de interpretação da conduta camponesa, descrito por Abramovay, denominado de

⁷ ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.* p.253

⁸ ABRAMOVAY, Ricardo. *Op. Cit.* p.307

“Economia Racional”⁹, ou seja, um camponês que age de forma individual e racional, que permite que o camponês procure mudar seu padrão de vida, investindo em atividades que não visem somente a subsistência. Ao longo do texto, nossas hipóteses serão melhor detalhadas.

As fontes que privilegiamos para a realização de nossa pesquisa são os inventários *post mortem*, que nos possibilitaram ter uma visão do movimento dessa sociedade. Para abarcar o período de 1780 a 1820, tomamos como amostragem os inventários da Casa Setecentista de Mariana, para os anos terminados em zero, realizando uma amostragem decenal. Assim trabalhamos com um total de 35 inventários. Outra fonte com que trabalhamos, foi a Lista Nominativa de Manja-Léguas, distrito de Guarapiranga. Infelizmente, a Lista Nominativa de Guarapiranga não foi localizada no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, ficando sua análise para um momento posterior. Além das fontes manuscritas, procuramos também realizar a leitura dos relatos dos Viajantes sobre a região. Essa literatura por ser riquíssima em detalhes e informações, ampliará nossa análise, ao confrontarmos os dados da documentação com esses relatos.

No primeiro capítulo, procuramos contextualizar a Freguesia de Guarapiranga. Mostraremos suas características produtivas, como por exemplo, os principais produtos e atividades econômicas, etc. Localizaremos a região historicamente, assim como geograficamente, relacionando suas características

⁹ *Ibidem.* p. 310.

geográficas às produtivas. Enfim, apresentaremos a Freguesia, detectando a importância das atividades agropecuárias. No segundo capítulo, além de trabalhar com a posse de escravos, caracterizando também através desta, a economia camponesa, mostraremos características de uma economia em crescimento e que apresenta certo dinamismo econômico, como por exemplo, a presença de credores, negociantes, e evolução no nível de riqueza. Já no último capítulo, analisaremos os itens que compunham o montante de riqueza dos inventariados em Guarapiranga, detectando para cada universo, como por exemplo, imóveis, escravos, produtos e instrumentos, o grau de investimento e inovação, para com isso verificarmos, se este mundo camponês era propício ou não a mudanças técnicas e produtivas.

Portanto, este trabalho visa realizar uma análise regional, compreendendo assim uma economia marcada pela presença de camponeses, que coexistiam com um sistema escravista, e voltada para o mercado interno. No entanto, verificaremos se este mercado interno, realmente alcançou níveis de dinamismo econômico e se com isso, participava de circuitos mercantis inter e intra-regionais. Buscaremos, assim também desvendar a postura destes camponeses, frente às condições econômicas e sociais que lhes são apresentadas.

1. Contextualização da Região

A freguesia de Guarapiranga, que pertence ao Termo de Mariana, localiza-se ao sul dessa cidade, fazendo fronteira com a mesma. Apesar de pouco estudada, esta freguesia possui características muito peculiares, que merecem atenção para que possamos compreender melhor, uma parcela importantíssima da economia mineira e até mesmo colonial.

Como nos mostra Waldemar de Almeida Barbosa ¹⁰, há controvérsias em relação à data de ocupação dos primeiros exploradores da região de Guarapiranga. Segundo este autor, os historiadores, de modo geral, procuram citar como primeiro explorador do território, o taubateano João de Siqueira Afonso, em 1704. No entanto, o mesmo autor fala que:

(...) lê-se no Códice Costa Matoso que em 1691, Francisco Rodrigues de Siqueira e Manoel Pires Rodovalho exploraram a região de Guarapiranga. Informa ainda o mesmo relato que uma capela ou um oratório com a invocação de N. S^a da Conceição foi edificada em 1694...¹¹

A Freguesia de Guarapiranga¹² localiza-se na Zona da Mata Mineira¹³, portanto é uma região coberta pela Mata Atlântica, e, ao longo do século XVIII, tornou-se não só centro minerador como também de agricultura de subsistência, podendo esta ser mercantilizada ou não. Na região, portanto, a agricultura existia antes mesmo da chegada do café¹⁴.

¹⁰ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Editora Saterb Ltda. 1971. p.362

¹¹ *Idem* p. 362.

¹² A Freguesia de Guarapiranga, que atualmente corresponde à Cidade de Piranga, abarcava várias aplicações e distritos vizinhos, dos quais muitos com o tempo se desvincularam e hoje são municípios, como: Oliveira, hoje Senhora de Oliveira, Brás Pires que hoje é uma cidade com o mesmo nome, Melo, atual Desterro do Melo, São José do Chopotó, hoje Alto do Rio Doce, São Caetano do Chopotó, atual Cipotânea, Santana dos Ferros, que corresponde à cidade de Guaraciaba, Tapera que hoje é Porto Firme, Calambau, hoje chamada Presidente Bernardes e a Aplicação da Espera que é hoje a cidade de Rio Espera. Alguns municípios, como Porto Firme, Presidente Bernardes e Senhora de Oliveira, são ainda hoje ligados juridicamente a Piranga, ou seja, pertencem à Comarca desta. Existem localidades que ainda hoje são distritos de Piranga, como Bacalhau, Manja Léguas e Mestre Campos, este último não chega a ser distrito. *Ver: MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v.1, p.

¹³ *Sobre a Zona da Mata ver: LIBBY, Douglas Cole. Transformação e Trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 43.

¹⁴ CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: Diversidade econômica e continuísmo. (1839-1909)*. Niterói: ICHF-UFF, 1993, p. 25. (Dissertação de Mestrado em História)

A Zona da Mata, tradicionalmente conhecida como propícia às atividades agropastoris¹⁵, caracteriza-se como uma área de fronteira agrícola que prima pela existência de terras cultiváveis e não aproveitadas.¹⁶ Portanto, a Zona da Mata, assim como outras regiões, era uma área de fronteira agrícola, aberta à exploração para quem se dispusesse a ocupá-la.

São nessas condições e circunstâncias que se encaixa a Freguesia de Guarapiranga. Esta freguesia, apesar de experimentar um certo surto minerador¹⁷, sempre foi uma região propícia à agropecuária. A mineração nessa freguesia não perdurou por muito tempo.

Desde de 1753 a 1756, anos iniciais em que a região foi mais intensamente povoada, Guarapiranga primava pela produção agrícola, “são inúmeras as sesmarias concedidas nesses anos, nas quais se mencionavam grandes roças de milho, casas de vivenda, paiol, senzalas, bananais e outras árvores”¹⁸. Ida Lewcowicz relata em relação ao ano de 1800, que a “(...) a comunidade de Guarapiranga ou Piranga, à margem do riacho de mesmo nome, braço do Rio Doce, vivendo de suas roças de milho e bananais”¹⁹.

¹⁵ ALMEIDA, Carla M. Carvalho. *Op. Cit.* p.55

¹⁶ ANDRADE, Francisco Eduardo de. Espaço econômico Agrário e Exteriorização Colonial; Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.p.113.

¹⁷ BRUMEISTER, Hermann. *Viagem pelo Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1807-1897*. São Paulo – Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1980, p.202.

¹⁸ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Op. Cit.*, p. 363.

¹⁹ LEWCOWICZ, Ida. A fragilidade do Celibato In: LIMA Lana Lage da Gama. *Mulheres, adúlteros e Padres: História e moral na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. p. 65.

Por se caracterizar como uma área de fronteira aberta, Guarapiranga será uma região predominantemente agropecuária, marcada pela produção para a subsistência, podendo ou não se ligar a um mercado local. Porém, a mineração, num determinado momento, vai desempenhar seu papel, sendo a causa primeira de ocupação do local, mas logo cessaria.

1.1 Agricultura, Pecuária e Mineração.

Para melhor caracterizar e identificar a região estudada analisaremos a importância que teve para esta, a mineração e a produção agropecuária. Para mostrarmos as características das atividades praticadas, recorreremos aos Inventários *post mortem*, e às Listas Nominativas. No entanto, faremos neste primeiro capítulo, uma análise mais ampla e coletiva destas atividades, ficando para os próximos capítulos uma análise mais específica e detalhada.

Através dos inventários, é possível elaborarmos uma tabela, que nos mostraria claramente a importância de cada atividade produtiva para a economia local.

**Tabela I. Distribuição dos proprietários por atividade produtiva.
Guarapiranga – 1780-1820.**

Atividade		%
Agricultura	4	11,4
Pecuária	4	11,4
Mineração	1	2,9
Agricultura/Pecuária	16	45,7
Agricultura/Mineração	1	2,9

Agric./Pec./ Miner.	5	14,3
Outros	4	11,4
Total	35	100

Fonte: Inventários post monte do I Ofício do ACSM

A partir dos dados desta tabela, temos a nítida visão de que a Freguesia de Guarapiranga era uma região voltada para as atividades agropecuárias. Notamos que a maior parte dos domicílios não sobrevivia somente da agricultura ou da pecuária, mas da prática de ambas. A mineração ainda se faz presente, mas na maioria das vezes aliada à agricultura e à pecuária, sendo que somente um domicílio vivia estritamente de minerar.

Ao analisarmos a tabela acima, seria interessante darmos uma maior ênfase, à grande maioria de unidades produtivas que diversificavam suas atividades econômicas, “... nas minas houve desde o início da ocupação colonial, necessariamente uma estreita articulação entre mineração, agricultura e pecuária”²⁰. Francisco Eduardo Andrade chama essas unidades de propriedades mistas, ou seja, que conjugavam na mesma unidade, a mineração e agropecuária.

Notamos, através da tabela referida, que 63% das unidades primavam por mais de uma atividade produtiva. Pelas características da região e do momento, a maior parte dos produtores aliava a agricultura à pecuária. Como já citamos anteriormente, os proprietários que se dedicavam à mineração não se voltavam estritamente para esta atividade. Percebemos, no entanto, ser comum nesta

²⁰ ANDRADE. Francisco Eduardo. *Op. Cit.*, p. 120-121.

freguesia a existência de um setor de subsistência voltado para a produção de alimentos e pecuária. Mais uma vez Francisco Andrade nos lembra que este fato acontecia mesmo no auge da mineração, até o momento em que:

(...) na segunda metade do século dezoito, vamos encontrar, na região do ‘termo’ de Mariana, uma economia tão diversificada que as unidades produtivas especializadas nas atividades mineratórias vão ser largamente suplantadas pelos estabelecimentos agrícolas e de agropecuária.²¹

Podemos, portanto, reafirmar que na Freguesia de Guarapiranga, no momento especificado, a mineração, nas propriedades em que ainda sobrevivia essa atividade, necessitava contar com as atividades agropecuárias que no final das contas já estava suplantando-a.

Vimos nas passagens anteriores, amparadas por relatos de certos autores, que desde muito tempo na região se praticava a agricultura, e dentro desta havia o predomínio da produção de milho. Tomando por base o período especificado, (1780-1820), vemos que o milho será o produto que mais se sobressaía nesta localidade.

Ao lado da produção do milho, o feijão aparece como outro cultivo bastante difundido na região. Posteriormente, em menor escala, observam-se outros produtos, como: algodão, arroz, cana, açúcar, farinha e café.

Tabela II. Produção Agrícola em Guarapiranga – 1780-1820

PRODUTOS	Nº PROPRIETÁRIOS	%
-----------------	-------------------------	----------

²¹ *Iden.* p.121

Milho	12	85,8
Feijão	9	64,3
Açúcar	2	14,3
Algodão	4	28,6
Arroz	3	21,5
Farinha	1	7,2
Café	1	7,2
Cana	3	21,5

Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM

Para a execução desta tabela, trabalhamos com 14 dos 35 inventários pesquisados. Essa metodologia teve que ser adotada, visto que, no restante da documentação, não consta a produção agrícola do inventariado. Evidente que certos proprietários, realmente não se voltaram para a agricultura, alguns viviam da pecuária, outros de renda e outros ainda de minerar, etc. No entanto, em alguns dos inventários em que não encontramos a produção agrícola, há a presença de trechos como: “*Fazendas de Roças*”²², “*Terras Agrícolas*”²³, “*Terra de Planta*”²⁴, “*Porção de terras com 30 alqueires de planta*”²⁵, mas que no entanto, não são informados o cultivo, nem o valor da produção que se encontravam nessas terras. Além do mais, um ponto que evidencia a produção agrícola nessas propriedades é a referência a instrumentos agrícolas.

Portanto, esses dados vêm comprovar o que nos diz Francisco Eduardo

Andrade:

²² ACSM – Cód.114 – Auto 2367 – 1º Ofício

²³ ACSM – Cód 26 – Auto 667 – 1º Ofício

²⁴ ACSM – Cód. 94 – Auto 1957 – 1º Ofício

²⁵ ACSM – Cód. 18 – Auto 552 – 1º Ofício

Nas Gerais, os gêneros agrícolas comumente plantados eram aqueles que faziam parte da dieta dos habitantes. O mais generalizado e antigo cultivo, na região de Mariana, era o do milho, consumido nas formas de farinha ou ‘canjica’... Associado ao milho, o feijão vai ser plantado em menor proporção, já que esta leguminosa exigia mais cuidados no cultivo e não se prestava à alimentação animal (suínos e bestas de cargas).²⁶

Podemos então afirmar, que a região de Guarapiranga, até mesmo pelo seu produto mais cultivado, o milho, era uma região voltada para o auto-consumo, ou seja, produzia primeiramente pensando no abastecimento local. No entanto, isso não impedia que ocasionalmente, ou até mesmo continuamente, que seu excedente fosse integrado a um mercado local ou regional, quer dizer, poderia sim, haver uma agricultura de subsistência mercantilizada.

As Listas Nominativas é outro tipo documental que utilizamos para demonstrar o caráter agrícola da região de Guarapiranga. Através das listas podemos detectar o estabelecimento a que se dedicava cada chefe de domicílio. Para a presente análise, utilizaremos a Lista Nominativa de Manja Léguas, distrito de Guarapiranga.

Analisando a tabela que se segue, podemos perceber que, dos 58 domicílios identificados, 17 deles, ou seja, 29,3%, eram estritamente de roceiros, que se dedicavam ao cultivo das roças.

²⁶ ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.*, p.116.

Tabela III. Distribuição da ocupação dos chefes de domicílios do distrito de Manja-Léguas – 1819.

Setores/Ocupações	Nº de Chefes	%
1. Agricultura		
<i>Roceiro</i>	17	29,3
Total/Setor	17	29,3
2. Mineração		
<i>Mineiro</i>	4	6,8
<i>Faiscador</i>	2	3,5
Total/Setor	6	10,3
3. Agricultura/Mineração		
<i>Roceiro/Mineiro</i>	2	3,5
Total/Setor	2	3,5
4. Comércio		
<i>Negociante</i>	6	10,3
<i>Corta Bois</i>	1	1,7
Total/Setor	7	12,0
5. Artesanato		
<i>Ferreiro</i>	3	5,2
<i>Alfaiate</i>	2	3,5

<i>Tear</i>	1	1,7
Total/Setor	6	10,4
6. Jornaleiro		
<i>Jornaleiro</i>	5	8,6
<i>Trabalha a ganho</i>	1	1,7
Total/Setor	6	10,3
7. Outros		
<i>Feitor</i>	2	3,5
<i>Não Identificado</i>	3	5,2
<i>Pobre</i>	9	15,5
Total/Setor	14	24,2
Total	58	100

Fonte: Lista Nominativa do Distrito de Manja-Léguas do ACMM

Com relação à pecuária, constatamos, através da documentação, a grande importância desta para a economia da freguesia. Do total de inventários analisados, em 71,5% havia a presença de animais, tanto para consumo como para o trabalho. Encontramos nessas unidades produtivas, a criação de: gado vacum, porcos, carneiros, ovelhas, cabras assim como detectamos para o trabalho agrícola, a presença de cavalos, mulas, bestas e machos.

Havia, porém, casos bastante dissonantes, como por exemplo o proprietário que em 1800, possuía uma criação de 36 animais no valor de 483\$000²⁷, e aqueles que possuíam apenas uma mula ou um cavalo velho. Outro caso interessante é o produtor Balthazar dos Santos Reis²⁸. Este possuía, dentre

²⁷ ACSM – Cód. 72 – Auto 1528 – 1º Ofício – Neste inventário, o proprietário André Barbosa Veloso possui: 13 Cabeças de Ovelhas; 3 Juntas de Bois; 1 Vaca; 3 Novilhas; 1 Égua; 1 Cavalo Potro; 1 Besta; 9 Mulas e 4 Machos.

²⁸ ACSM – Cód. 69 – Auto 1463 – 1º Ofício

outras criações, 8 porcos de chiqueiro e 60 porcos de pasto. Podemos supor que, parte desta criação, ou melhor, o excedente dela poderia ser comercializado.

Portanto, identificamos uma pecuária bastante volumosa, que podia ser útil tanto no trabalho diário; que era responsável pela subsistência da população local, e que poderia eventualmente se vincular ao mercado.

Um fato interessante na região é o predomínio de uma pecuária suína, em relação à bovina. A explicação para este fato pode ser apresentada por Francisco Eduardo Andrade, segundo a qual, o sistema agrícola de roças vai limitar a associação entre a agricultura e a pecuária bovina.

Somente com o esgotamento das terras – agrícolas ou minerais – e a sua dificuldade de recuperação florestal é que se praticava uma criação de gado que não fosse para os necessários serviços de tração (nos engenhos) ou de transporte²⁹.

Portanto, assim como em outras regiões da Província, em Guarapiranga, a criação de porcos era bastante comum, existindo tanto em unidades produtivas escravistas ou não. “A carne de porco e o toicinho eram de uso correntes na alimentação dos habitantes das Gerais, fossem ricos ou pobres, livres ou escravos”³⁰. Outro ponto importante é o alto número de eqüinos e muares, que eram utilizados no transporte de mercadorias e produtos.

²⁹ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Op. Cit.*, p.117

³⁰ *Ibidem*, p.118.

O ouro na Freguesia de Guarapiranga, como já dissemos, não teve um longo período de prosperidade, não chegando a se comparar com a extração em outros locais, como por exemplo, Mariana e Ouro Preto.

“Enquanto a população dos distritos mineradores declinou ou estagnou a partir de 1780 (ano para o qual dispomos das primeiras evidências) as freguesias das áreas de fronteira (Piranga e Rio Pomba) tiveram um crescimento acentuado”³¹. Como se vê a economia de Minas, e principalmente Piranga, no período considerado, não tinha mais na mineração sua principal atividade.

A partir destes dados, podemos ter uma noção da relativa importância da mineração para a economia de Guarapiranga. A estas informações podemos unir as recolhidas na documentação trabalhada. Tomando primeiramente por base os inventários *post mortem*, do total de 35 analisados, apenas 7 proprietários possuíam datas ou terras minerais.

Examinando a lista nominativa, tabela III, percebemos que dos 58 domicílios existentes, em apenas 8 havia a presença de mineiros, e apenas 6 viviam estritamente da mineração. Portanto, a partir dos dados levantados, podemos notar que a mineração, apesar de ainda estar presente, não possuía o peso da agricultura e da pecuária no conjunto da economia local.

Outro ponto interessante, diz respeito ao valor das terras minerais. A maioria delas possuía um valor muito baixo, o que pode demonstrar o desgaste e

³¹ CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.* p. 47.

irrelevância da maioria destas terras, como por exemplo: “7 datas minerais” valerem 6\$000³², ou “uma porção de datas”, que valia 10\$000³³. Um escravo adulto, por exemplo, valia na faixa de 150\$000, podendo encontrar escravos com preços mais elevados. Havia um caso, em que as datas minerais possuíam um valor mais elevado, onde “uma lavra de ouro com 21 datas minerais” valia 800\$000³⁴. A partir desses valores, podemos ter uma consciência ainda maior da importância da mineração nesta freguesia.

Portanto, a mineração que já não possuía mais a importância que tinha para a Capitania de Minas Gerais, também não a terá para a região de Guarapiranga. Após a crise da mineração, a maioria da população mineira se dirigiu para as atividades agropecuárias voltadas para o mercado interno³⁵. A partir dos dados recolhidos e trabalhados nas tabelas, temos a clara noção de que a Freguesia de Guarapiranga é um dos locais privilegiados para a prática destas atividades, e para onde vai se dirigir um grande contingente populacional em busca de terras para produzir:

Em outras palavras, esse comportamento demográfico demonstra que a economia de Minas Gerais deixara de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, passando a se basear, em finais dos anos 1700, numa agricultura e numa pecuária voltadas para o mercado interno.³⁶

³² ACSM – Cód. 17 – Auto 502 – 1º Ofício

³³ ACSM – Cód.137 – Auto 2856 – 1º Ofício

³⁴ ACSM – Cód.139 – Auto 2904 – 1º Ofício

³⁵ FRAGOSO João Luis R. *Op. Cit.* p. 123.

³⁶ *Ibidem.* p. 124

Essa é uma das características da Freguesia de Guarapiranga, que ao se voltar para uma agropecuária não-exportadora, irá fornecer sua parcela de contribuição para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais, além de ajudar a explicar o fato desta Capitania chegar ao ano de 1819, como a maior capitania escravista da América portuguesa. A decadência da mineração, em Minas, não representou, portanto, o retraimento dos seus “complexos agropecuários mercantis”³⁷, que já existiam e eram importante parcela da economia mineira, mesmo no auge da exploração aurífera.

1.2 A Utilização da Mão-de-obra escrava

Outro ponto de grande relevância para que possamos compreender melhor as características econômicas da Freguesia de Guarapiranga, é a mão-de-obra utilizada nas atividades produtivas da região.

Na região de Guarapiranga era predominante a presença de camponeses, que, no entanto, como mostra Ciro Flamarion Cardoso, não exclui o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar³⁸, que, no caso em

³⁷ *Ibidem.* p. 125.

³⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1979. p. 52

questão, era escrava. Como afirma Carla Almeida, um importante setor camponês ia se constituindo em Minas Gerais, e, segundo FRAGOSO E FLORENTINO:

(...) emerge, portanto uma paisagem de espaço colonial marcada tanto pela presença de camponeses quanto pela sua combinação com o trabalho escravo, ambos possuidores de lógicas e mecanismos de reprodução distintos da plantation³⁹.

Analisando os dados recolhidos nos 35 inventários, encontramos um total de 265 escravos. Deste total, 25%, ou seja, 66 escravos, estavam distribuídos em propriedades que possuíam terras ou datas minerais. No entanto, um fato interessante é perceber que somente uma propriedade, das que constam na documentação recolhida, se dedicava estritamente à mineração, possuindo este proprietário 6 escravos. Portanto, dos 66 escravos que estavam ligados à mineração, apenas 6, menos de 10%, estavam estritamente voltados para a mineração. Este percentual seria ainda menor e bem menos significativo, se o comparássemos ao número total de escravos.

O restante da escravaria, pelo que consta na documentação, muito provavelmente trabalhava não só na mineração, como nas atividades agropecuárias, uma vez que estavam sob o julgo de proprietários que conjugavam atividades mistas, ou seja, onde a mineração era aliada à agricultura, pecuária ou a ambas.

³⁹ FRAGOSO, João Luis R. e FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p.64.

Portanto, através do número de escravos que se dedicavam à mineração, que são poucos com relação ao total encontrado, podemos reafirmar o caráter secundário da mineração. Apesar de ainda persistir, uma vez que, não era incomum, mesmo certo tempo depois da decadência do ouro a exploração deste metal, esta atividade se mostra relegada a segundo plano, e, entre outras explicações, estaria o pequeno número de escravos ligados a esta atividade.

1.3 Mariana e Piranga: Entre a Comarca e a Freguesia.

O Termo de Mariana constitui uma subdivisão político-administrativa, sediada pela Câmara Municipal de Mariana, fundada em 1711, com a criação da Vila do Carmo, às margens do Ribeirão do Carmo. Em 1745 a Vila do Carmo passou a se chamar Mariana e a pedido de D. João V, o papa Bento XIV criou o primeiro bispado de Minas Gerais.⁴⁰

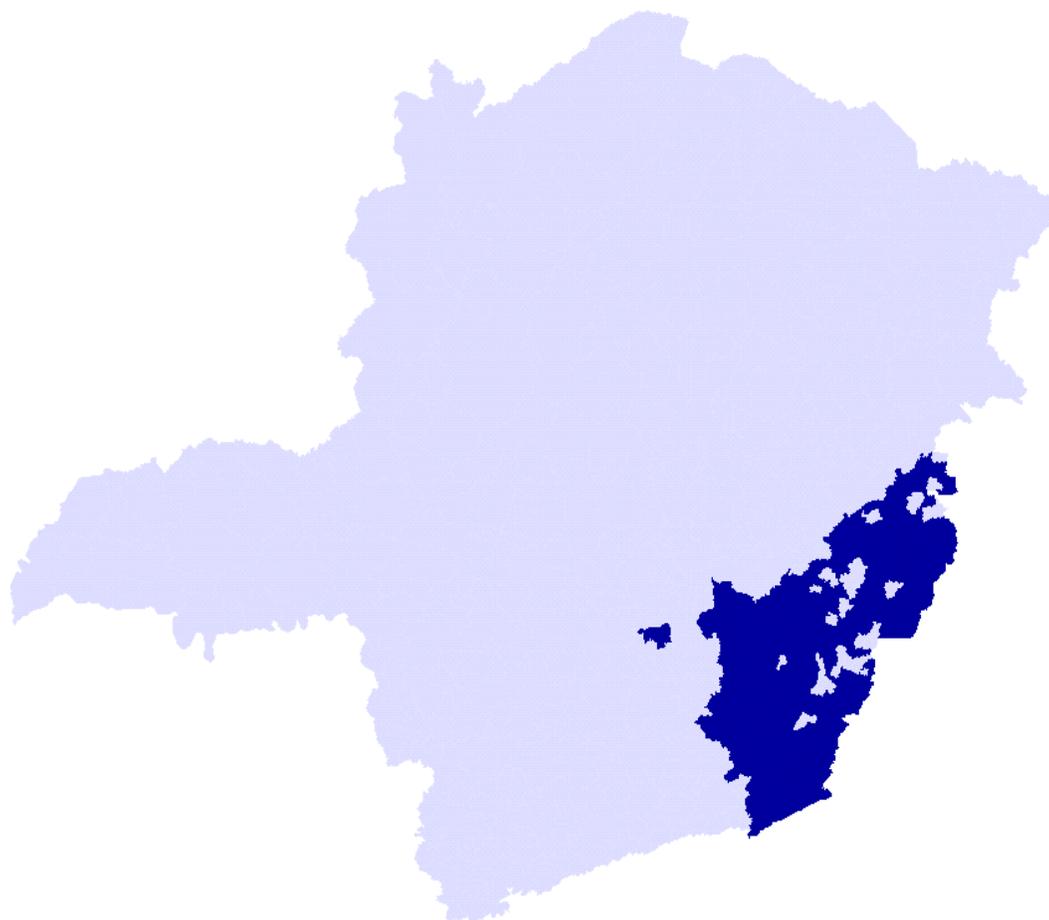
O município de Mariana é classificado pela historiografia como pertencente à Zona Metalúrgica-Mantiqueira, sendo o núcleo inicial de exploração do ouro, em meados de 1696.

⁴⁰ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Op. Cit.*, p.

Muitos povoados surgiram em torno deste centro geo-econômico da mineração, dedicando-se a esta atividade ou à produção de alimentos. Uma grande parte dos distritos que compunham o Termo de Mariana, ou pelo menos na forma que se manteve até o segundo quartel do século XIX, estavam localizados na Zona da Mata. Segundo Carla Almeida, das 34 localidades descritas por Cunha Matos em 1837, pelo menos 18 delas com certeza se situavam na Mata⁴¹.

⁴¹ ALMEIDA, Carla M. de Carvalho. *Op. Cit.* , p.52.

Mapa I – Termo de Mariana no final do Século XVIII

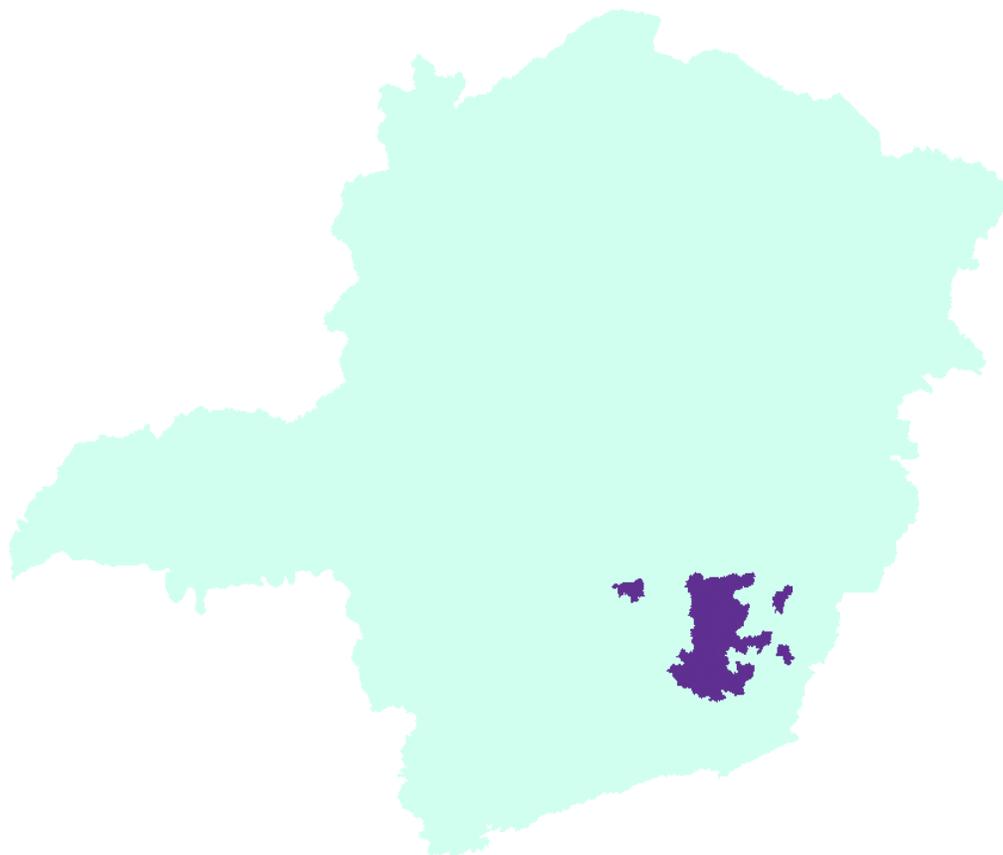


Fonte: DATASUS

O mapa do ano de 1823 apresenta-se da seguinte maneira: ⁴²

⁴² CARVALHO, Theophilo Feu. Comarcas e Termos. P.71-96.

Mapa II – Termo de Mariana - 1823



Fonte: DATASUS

As cidades encontradas indicadas na região colorida correspondem a:

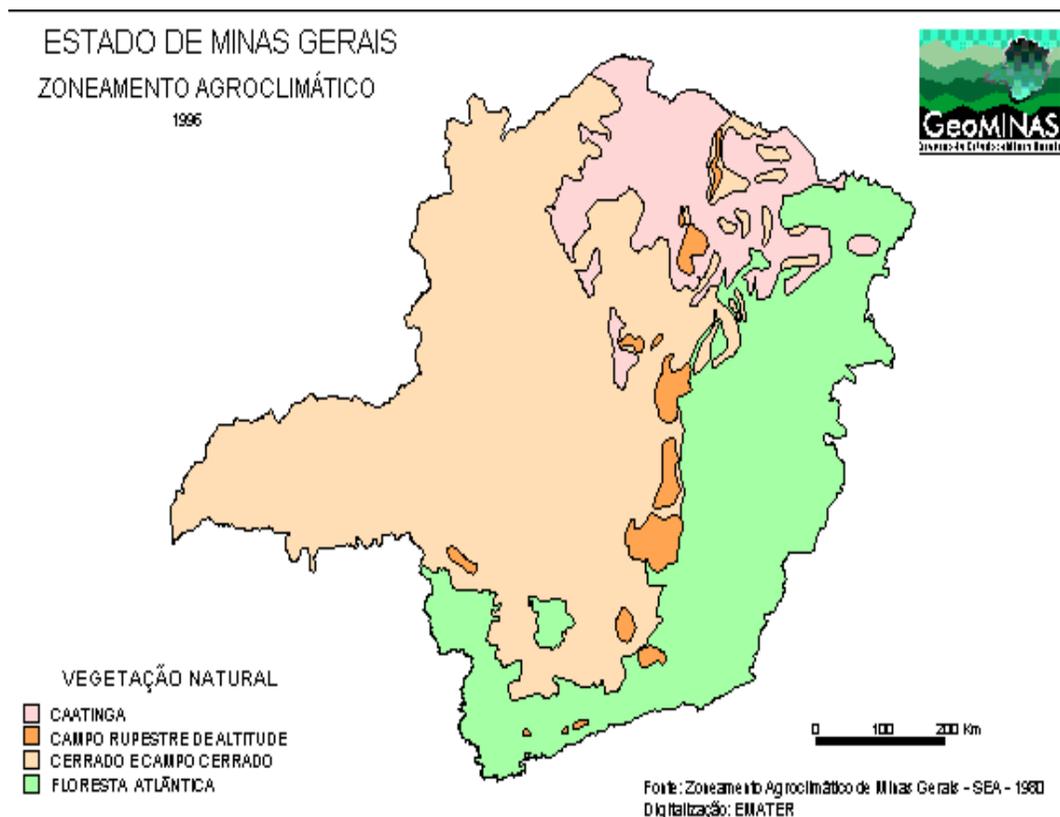
MARIANA – DIOGO DE VASCONCELOS – PIRANGA – GUARACIABA –
BRÁS-PIRES – PORTO FIRME – PRESIDENTE BERNARDES – RIO
ESPERA – SENADOR FIRMINO – PONTE NOVA – BARRA LONGA –
ABRE CAMPO – VISCONDE DO RIO BRANCO – UBÁ – MIRADOURO –
RIO POMBA – VIÇOSA – ALTO RIO DOCE – CIPOTÂNEA – MERCÊS –
BRUMADINHO – SENHORA DOS REMÉDIOS – DESTERRO DO MELO –
CATAS ALTAS – ALVINÓPOLIS – DOM SILVÉRIO – SÃO MIGUEL DO

ANTA – ACAIACA – SENHORA DE OLIVEIRA – DORES DO TURVO – SEM PEIXE – CANAÃ – TOCANTINS.

Dessas cidades, a que se encontra desmembrada das restantes é Brumadinho. Acreditamos que pelo fato dos nomes antigos serem parecidos, pode ter ocorrido um equívoco na hora de procurar no dicionário o nome que corresponde aos dias de hoje. A nomeação dos lugares muitas vezes se dava pelo nome de quem os descobriu e a determinação das regiões estava diretamente relacionada com os aspectos econômicos das mesmas

O mapa seguinte mostra a vegetação original de Minas Gerais. De acordo com o mapa, podemos identificar Mariana/Ouro Preto na região de Campo Rupestre de Altitude, área onde se localiza os principais pontos de extração do ouro em Minas. Ainda analisando o mapa, notamos que as áreas de mineração fazem fronteira com a Zona de Floresta Atlântica, situada a leste e sudeste de Minas, última área onde estava situada Piranga.

Mapa III - Zoneamento agroclimático do Estado de Minas Gerais. Vegetação Natural.⁴³



Fonte: site: www.geominas.com.br

Segundo Francisco Eduardo Andrade é de grande importância a aliança da Geografia com a História, para entendermos o processo pelo qual se dá a ocupação e a utilização dos recursos naturais.

O enfoque ecológico de uma dada região, aqui no caso uma determinada região de Minas Gerais, contribuiu para um maior aprofundamento da

⁴³ Região administrativa que correspondeu à Capitania/Província de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

análise das relações sociais que naquele espaço foram constituídas, e, além disso, é um dos elementos conformadores dos limites da própria região.⁴⁴

Portanto, as condições geográficas que caracterizam as localidades de Mariana e Piranga podem nos falar muito de suas condições econômico-produtivas. O centro minerador, que se localiza nas áreas de campo rupestre, apesar de não possuir características de clima, relevo e vegetação favoráveis a agricultura, encontra-se de frente para uma vasta área de florestas que possui clima úmido e quente, apto ao cultivo de alimentos.

A sede do Termo é, portanto, uma região imprópria para a agricultura.

Segundo Carla Almeida, devido aos seguintes os motivos:

Três ordens de fatores são apontadas para explicar o entrave a tal desenvolvimento: um primeiro, de ordem psicológica, seria o fascínio exercido pelo ouro sobre as pessoas, que não conseguiam se sentir atraídas para outras atividades, ‘ofuscadas como viviam pelas promessas mirabolantes das minas’; outro obstáculo seria de caráter jurídico e dizia respeito à proibição da instalação de manufaturas e de algumas atividades agrícolas (como a cana-de-açúcar), feita pela metrópole; uma última ordem de fatores seria de natureza geográfica e dizia respeito à pobreza do solo da região das lavras. Além disso, haveria a impossibilidade de aquisição de mão-de-obra para essas atividades, que não teriam condições de disputar com as minas a compra de escravos.⁴⁵

A cidade de Mariana, portanto, era uma região em que a mineração predominava em relação às atividades agropecuárias. No entanto, por ser caracteristicamente mineradora essa região necessitava de uma produção agrícola

⁴⁴ ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.* 1995. p.16.

⁴⁵ ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Op. Cit.* , p.59-60

que suprisse sua carência de alimentos. Uma das principais regiões que sustentaria Mariana, no que se refere à produção agrícola, é a Zona da Mata, e dentro dela Piranga. Como já demonstramos, a Freguesia de Guarapiranga foi uma região amplamente voltada para as atividades agropecuárias. Esta preponderância de uma economia agrícola se deve em grande parte à já citada localização geográfica desta freguesia. Situada à leste e sudeste de Minas, esta região apresenta características propícias à agricultura. É uma região de fronteira agrícola, ou seja, composta por povoados tipicamente rurais que surgiam do desbravamento das florestas.

Com o esgotamento do ouro, a Zona da Mata, como já frisamos, passará a receber um grande contingente populacional, que, apesar de partir primeiramente atrás de novas descobertas auríferas, acabará reconhecendo as características da região e se dedicando à agropecuária. Ao longo do tempo, conforme observa Ângelo Carrara⁴⁶, Piranga sofrerá um acentuado crescimento demográfico.

Por fazer parte de uma região mineradora, Mariana também vivenciou declínio econômico em função da crise mineratória. No entanto, este declínio será atenuado, uma vez que, por ser a sede administrativa do Termo, a cidade centralizava o recebimento de impostos, além de atividades comerciais e artesanais, que garantiam a circulação e renda. Segundo nos mostra Carla Almeida:

⁴⁶ CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.*, 2000. p.47.

Até meados do século XIX, Mariana continuaria a acumular essas importantes funções de centro religioso, educacional e administrativo. Assim embora tendo nascido e prosperado em função da exploração aurífera, mesmo com o declínio da produção deste metal a cidade continuaria a desempenhar um papel de destaque no contexto da Capitania e mais tarde da Província⁴⁷.

No entanto, o que realmente pode ter representado prejuízos para a cidade de Mariana foi a fragmentação territorial do Termo, que vai acontecer a partir da metade do século XIX. O impacto econômico da fragmentação pode ter sido mais forte principalmente com a emancipação de duas freguesias: Piranga em 1841, e Ponte Nova em 1857. Essa emancipação significou uma menor dependência em relação à sede, e, com isso, uma diminuição na arrecadação fiscal da Câmara.

Portanto, Mariana e Piranga são duas regiões que, apesar de possuírem características distintas, sendo a primeira mineradora e a segunda passível de transição para a agricultura, ambas mantiveram, durante os séculos XVIII e XIX, relações bastante estreitas, que incluíam desde questões econômicas até as de cunho político.

⁴⁷ ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Op. Cit.* , p.48.

Mapa IV. Localização das cidades de Mariana e Piranga



Fonte: DATASUS

2. Dinâmica Econômica

Apesar de se caracterizar como uma área voltada para a produção de alimentos visando principalmente o abastecimento da população local, a região de Guarapiranga era marcada por uma economia dinâmica que estava em crescimento e é isto procuraremos mostrar no decorrer deste capítulo.

2.1 Posse de escravos

Um primeiro ponto que analisaremos para melhor entendermos a economia de Guarapiranga, é a distribuição da posse de escravos. Mesmo sendo uma região voltada para a agricultura de subsistência, a presença do escravo, aliada ao trabalho familiar, foi marcante.

Durante muito tempo, a historiografia procurou estudar a economia colonial dividida estritamente entre senhores e escravos, ficando os demais homens, excluídos do chamado sistema colonial. Tendo em vista este sistema, como nos fala Carlos Bacellar⁴⁸, os historiadores procuravam demonstrar um modelo único de sistema escravista, ou seja, o das grandes unidades, possuidoras de grandes plantéis, voltadas para a exportação.

No entanto, a economia colonial não pode ser resumida simplesmente a esta estreita relação econômica. Segundo Sheila de Castro Faria, “pesquisas

⁴⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A escravidão miúda em São Paulo Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000. p. 239-254

recentes (...) chegam a conclusões diferentes, considerando a sociedade infinitamente complexa e, portanto, muito mais rica de significados.”⁴⁹ É necessário, no entanto, superarmos esse mito da plantation. Ao analisar mais detalhadamente as unidades escravistas, vemos que grandes unidades acabavam por ser exceção e não regra. Pretendemos, portanto, como fez Bacellar, focar o uso de escravos no pouco conhecido ambiente do abastecimento interno e da auto-subsistência.

Para Celso Furtado, as estruturas econômicas escravistas mantiveram-se intactas durante os longos períodos de crise do mercado internacional devido à capacidade da grande unidade escravista de se refugiar no auto-consumo.⁵⁰ Esta observação retrata de forma adequada as condições que apresentava a região de Guarapiranga, pois, com a crise da mineração, esse complexo agrário voltado para a subsistência, e, vinculando-se mesmo que eventualmente ao mercado interno, irá aproveitar o contingente escravista local. No entanto, um dado importantíssimo é que, com a expansão da agropecuária, ocorre uma desconcentração da posse de escravos, diferente da mineração, onde a concentração era um pouco mais acentuada. Este fato pode ser comparado ao que diz Carla Almeida,

⁴⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A economia brasileira: Economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, 1997, p.47.

⁵⁰ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional. 1977.

“(…) com o declínio da atividade mineradora, houve um processo de desconcentração da posse de escravos, que se evidencia no aumento numérico das faixas de pequenos plantéis (1-5 e 6-10) e também do percentual de cativos por elas detidos”⁵¹

Portanto, após o declínio da mineração e a expansão da agropecuária, fica clara a desconcentração da posse de escravos. A região de Guarapiranga mostrou ser uma região em que predominava os plantéis de 1 a 10.

Tabela IV: Posse de escravos em Guarapiranga – 1780-1820.

Nº de Escravos	Nº de Proprietários	% de Proprietários
0	3	8,6
De 1 a 5	13	37,1
De 6 a 10	9	25,7
De 11 a 15	5	14,3
De 16 a 20	4	11,4
+ 20	1	2,9
Total	35	100

⁵¹ ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit* p.136.

Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM

Vemos, através da tabela, que 37,1% dos proprietários de Guarapiranga, possuíam até 5 escravos, e que 62,8% possuíam de 1 a 10 escravos, o que demonstra ser a região realmente marcada por uma desconcentração de escravos. A explicação para este fato pode estar nas já citadas características econômicas, pois, como relata Sheila de Castro, “nas áreas de Minas Gerais destinadas à produção de alimentos, no início do século XIX, dois terços da população eram proprietários de cinco ou menos escravos.”⁵² Do total de inventários recolhidos, encontramos apenas um proprietário com um número mais dissonante de escravos: Miguel Ribeiro de Andrade⁵³, no ano de 1780, possuía um plantel de 34 escravos.

Portanto, demonstrado que a região de Guarapiranga era marcada pela predominância de pequenos proprietários de escravos, seria interessante entendermos melhor a utilização destes plantéis. Apesar da importância que representava a posse de escravos, o trabalho familiar pode ser considerado como

⁵² FARIA, Sheila de Castro. *Op. Cit.* p. 58

⁵³ ACMS – Cód. 114 – Auto 2367 – 1º Ofício

parcela fundamental, pois a família representava, para a população pobre, a principal fonte de sobrevivência; uma vez que, tinha papel fundamental nas atividades econômicas, principalmente as ligadas ao mundo agrário.

No entanto, nesse mundo agropecuário e camponês, um elemento importantíssimo, era a associação do trabalho familiar ao escravo. Segundo Sheila de Castro Faria: “era comum encontrar pequenos senhores de poucos escravos que tinham também filhos em idade produtiva, o que demonstrava ter sido o aumento do rendimento produzido pelo trabalho familiar que permitiu a aquisição do escravo.”⁵⁴ Além do mais, o fato da maior parte dos proprietários possuírem até dez cativos é um indício de que nas pequenas propriedades o trabalho escravo coexistia com o familiar. A esse pequeno proprietário, que aliava mão-de-obra escrava com trabalho familiar, Fragoso, Florentino e Faria, chamam de “Senhor Camponês”. Embora esse segmento, individualmente, tivesse poucos escravos, no conjunto era um expressivo consumidor de cativos.⁵⁵ Além do mais, como nos mostra Ângelo Carrara: “não se pode retirar do modo de produção camponês a capacidade de adquirir escravos, o que correspondia a uma anterior capacidade de participar em graus variáveis dos mercados e de alguma atividade agrária mercantil.”⁵⁶

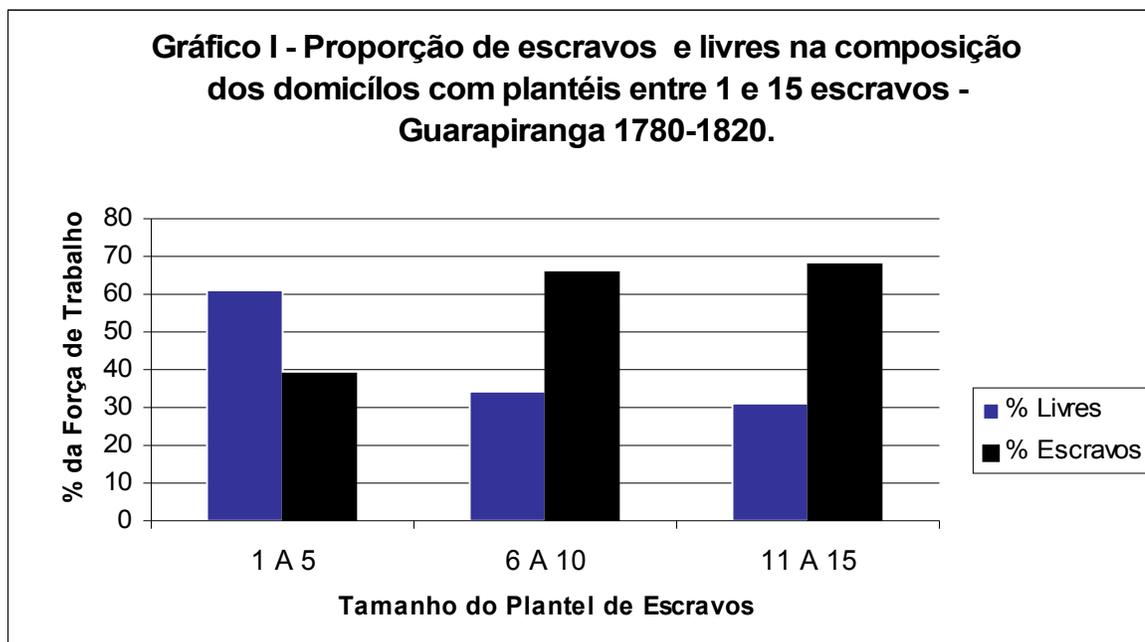
⁵⁴ FARIA, Sheila de Castro. *Op. Cit.* p.51

⁵⁵ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo e FARIA, Sheila de Castro. *A economia colonial brasileira (Séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Atual, 1998. p. 59

⁵⁶ CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.* 2000. p. 53

No entanto, a região de Guarapiranga possuía as características de uma região campesina, que se caracterizava pelos pequenos plantéis, onde os escravos eram aliados do trabalho doméstico. Segundo Ciro Flamarion, o trabalho familiar é uma das características da economia camponesa, que não exclui o adicional de uma mão-de-obra externa.⁵⁷

Como nos mostra Carlos Bacellar, quando o campesinato surge dentro do sistema escravista, o senhor trabalha ao lado do escravo, chegando até mesmo a dividir a mesma casa, sem maior diferenciação. Utilizava-se o escravo para complementar a mão-de-obra familiar, com o objetivo de aumentar a renda.



Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM

⁵⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Op. Cit.* p. 52

Para a elaboração deste gráfico, utilizamos os dados recolhidos nos Inventários *post-mortem*, que são os registros do número de escravos e livres em cada domicílio, sendo que esta última categoria é composta pelo inventariado, e quando havia, seu cônjuge e filhos. Através do referido gráfico, constatamos que, nos plantéis de até cinco escravos, a força de trabalho cativa era realmente complementar, ou seja, os escravos eram minoritários e adquiridos para reforçar a mão-de-obra familiar. Nota-se que, apenas a partir dos domicílios possuidores de seis escravos, é que ocorre uma inversão entre a porcentagem de mão-de-obra escrava e livre, havendo um predomínio dos cativos, como principal força de trabalho.

Para a aquisição dessa mão-de-obra adicional, os proprietários acumularam reservas durante suas vidas, reserva esta conseguida graças ao trabalho familiar na exploração da terra. Segundo Bacellar, muitos proprietários, conseguiam adquirir esses escravos a partir dos 40 anos. Um primeiro motivo, para esse “escravo tardio” é a já citada dificuldade de acumulação de riquezas, o que demorava várias décadas. Por outro lado, a compra de escravos era quase inevitável, pois decorria do medo que tinham os proprietários em relação ao momento em que seus filhos abandonassem o lar, desfalcando assim a mão-de-obra doméstica.

Portanto, dentro destas circunstâncias está a freguesia de Guarapiranga, que, a partir dos dados e informações levantadas, se caracterizava pela presença de “um modo de produção camponês, ou familiar, ou parcelar.”⁵⁸

2.2 Uma economia em crescimento

Com as características até aqui apresentadas, e com outras que serão elucidadas no decorrer do trabalho, a freguesia de Guarapiranga demonstra ser uma região típica, e, que muito contribui para a discussão sobre o complexo agrário camponês. Como vimos, é uma região agropecuarista, marcada pela presença de pequenos proprietários, voltados num primeiro momento para o auto-consumo.

No entanto, apesar do predomínio das atividades agropecuárias, Guarapiranga mostrava ser uma região dinâmica e que procurava, diversificar suas atividades econômicas. Através da Lista Nominativa do Distrito de Manja-Léguas, identificamos sinais de uma economia, até certo ponto, mercantilizada. Tendo em vista a tabela II, que trata da ocupação dos chefes de domicílio deste distrito, encontramos a presença de homens que viviam de negócio, ferreiros, e

⁵⁸CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.* p. 52

até mesmo alfaiates. Percebemos, através da tabela, que os chefes de domicílios, que viviam do negócio, ocupavam o terceiro lugar na distribuição das ocupações, perdendo apenas para os que viviam da agricultura e de outros estabelecimentos.

A presença desses negociantes é, portanto, de fundamental importância para constatarmos que a região possuía uma economia dinâmica, e que, em certo grau, era uma economia mercantilizada, pois, esses negociantes poderiam ser proprietários de vendas e com isso comprarem a produção excedente do camponês, criando assim uma rede de mercado local. Além do mais, a presença de ferreiros, pode representar um sinal de desenvolvimento, pois, a presença destes, significaria a necessidade do aparelhamento de tropas, que, sob o comando dos negociantes já citados, poderiam estar levando a produção local para outras regiões. Um exemplo que pode ser dado, a partir da documentação, no caso os inventários, refere-se à proprietária D. Francisca Cândida de Oliveira Sande⁵⁹, moradora na região de Pirapetinga.⁶⁰ Consta de seu inventário que esta, em 1820, possuía uma produção de 74 arrobas de algodão e 10 arrobas de café, e que ainda não podia ser designado o valor dos produtos, por terem sido ambos mandados para o Rio de Janeiro, e que o preço seria declarado assim que o condutor retornasse.

⁵⁹ ACSM – Cód. 97 – Auto 2032 – 1º Ofício.

⁶⁰ A região de Pirapetinga refere-se atualmente ao distrito de Santo Antonio do Pirapetinga, e poderia ser, apesar de utilizarmos a Lista Nominativa de Manja-Léguas, tomada como exemplo, pois é uma região que tem seus limites territoriais com esta.

Portanto, tal exemplo, com base na documentação analisada, demonstra ser, a freguesia de Guarapiranga, uma região que possuía características de produção para o auto-consumo, mas que também se vinculava eventual ou continuamente ao mercado. Caracteriza-se, portanto, por uma economia dinâmica, e até mesmo mercantilizada, como demonstra João Luis Fragoso, em sua obra “*Homens de grossa aventura*”:

“O desempenho dessa economia é um exemplo de que os setores mercantis de abastecimento não consistem necessariamente em um simples apêndice das atividades exportadoras, podendo ter uma certa autonomia. A decadência da Mineração, em Minas Gerais, não apresentou o retraimento dos seus complexos agropecuários mercantis de abastecimento. Esses crescem e adquirem uma dimensão cada vez mais inter-regional, passando a alimentar mercados como o formado pela Cidade do Rio de Janeiro e a agricultura fluminense (particularmente a sua agroexportação).”⁶¹

A região de Guarapiranga, apesar de produzir visando primeiramente o próprio consumo, apresenta sinais de desenvolvimento e características de dinamismo e crescimento econômico.

Outro fator que pode indicar que esta é uma economia que apresenta índices de sucesso, e que pode nos dar pistas para possíveis relações econômicas geradas na região, é a freqüência de dívidas em que se envolviam os proprietários. Vejamos a tabela que se segue:

Tabela V: Freqüência dos tipos de dívidas: Guarapiranga 1780-1820

⁶¹ FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1998. p.125

Dívidas	Nº de proprietários	% de proprietários
Ativas	16	45,7
Passivas	2	5,7
Ambas	1	2,9
Nenhuma	16	45,7
Total	35	100

Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM

Ao analisarmos a tabela, notamos que são dados bastante interessantes para que possamos compreender a economia da região. Num primeiro momento, podemos nos prender à grande diferença no número de credores e devedores. Do total de inventários, dezessete, ou quase 50% dos proprietários eram credores, ou seja, possuíam dívidas ativas, enquanto apenas três eram devedores, ou tinham dívidas passivas. Estes dados nos mostram, que, a região era marcada por um universo muito maior de credores, do que de devedores, que demonstra estar essa economia em crescimento. Portanto, apesar de uma produção voltada para o

mercado interno, sem anseios de exportações, a região de Guarapiranga apresenta sinais de prosperidade.

Com relação ao valor dessas dívidas, encontramos na documentação, números bastante dissonantes, como por exemplo, no inventario do Capitão Antônio Carneiro e sua mulher⁶², que, no ano de 1800, possuíam uma dívida ativa de 8:288\$554, enquanto que a inventariada, Ana Veloza do Espírito Santo⁶³, era possuidora de uma dívida ativa no valor de 28\$462, isto no ano de 1820.

Porém, um dado que merece atenção especial é o alto número de proprietários que não participavam desta cadeia de endividamento. Dos trinta e cinco proprietários inventariados, dezesseis não possuíam nenhum tipo de dívida. A explicação para este fato pode estar na própria mentalidade dos camponeses, que, segundo Ricardo Abramovay⁶⁴, estariam presos a uma economia moral, ou seja, estariam presos a uma ética de subsistência, segundo a qual, os proprietários procuram evitar riscos, e, com isso, preferiam não se envolver na “cadeia” de dívidas. Segundo Francisco Eduardo Andrade⁶⁵, essa não inserção na “cadeia de endividamento” é o que provavelmente limitava as possibilidades de investimento, uma vez que era a participação nesta que garantia o acesso ao crédito. Portanto, esses produtores, possivelmente, não participavam da relação de crédito, com receio de se endividarem, mas, com isso, também perdiam a

⁶² ACSM – Cód. 55 – Auto. 1227 – 1º Ofício

⁶³ ACSM - Cód. 17 – Auto 502 – 1º Ofício

⁶⁴ ABRAMOVAY, Ricardo. *Op. Cit.* p. 307-310.

⁶⁵ ANDRADE, Francisco Eduardo . *Op. Cit.* 1994. p. 243.

possibilidade de conquistarem uma condição de vida melhor, preferindo não se arriscar e continuarem com o mesmo padrão de vida, que lhes garantia segurança e estabilidade.

Tomando outros fatores como indicadores de crescimento, analisaremos, tendo em vista os dados recolhidos, a variação do Monte-mor, ou seja, o total de riqueza de cada um dos inventariados. Ao trabalhar com estes valores, teremos uma visão ainda melhor do desenvolvimento da economia de Guarapiranga, e, com isso, constataremos mais uma vez a existência de uma economia dinâmica.

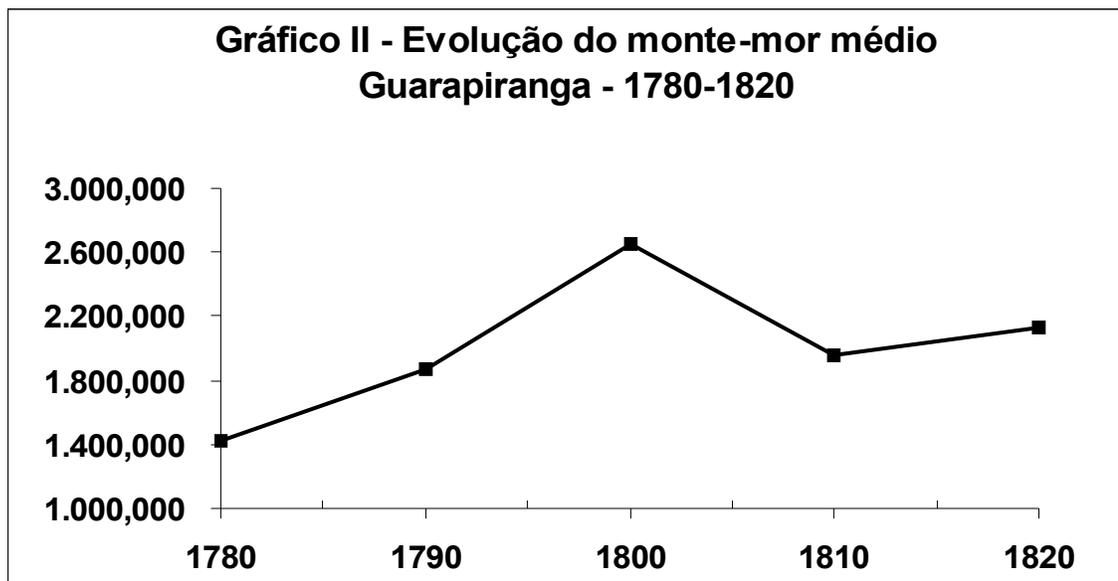
Tabela VI: Evolução do monte-mor médio nas unidades produtivas de Guarapiranga.

Ano	Mil-réis	Crescimento
1780	1.417,864	%
1790	1.870,181	31,9
1800	2.647,750	86,7
1810	1.950,620	37,5
1820	2.135,117	50,5

Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM

Para a elaboração desta tabela, a metodologia adotada foi a de trabalhar com os valores médios de monte-mor. Esta estratégia foi adotada, pelo fato de encontrarmos, para cada ano, um número diferente de inventários; devido a isso,

somamos o valor total dos montes e dividimos pelo número de documentos encontrados para cada ano.



Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM

Analisando a tabela e o gráfico acima, vemos que a região apresenta um crescimento da riqueza dos proprietários. Para o ano de 1800, por exemplo, a região apresenta um crescimento de 86,7%, um percentual bastante elevado. Logo após, em 1810, ele sofre uma queda, mas se recupera no decênio seguinte. Na média final, o que temos é um crescimento.

O dinamismo econômico, da freguesia de Guarapiranga, pode ser ainda mais evidenciado se compararmos os dados apresentados, na referida tabela, com os encontrados para Mariana (Termo), no mesmo período.

Tabela VII: Evolução do Monte-mor médio nas unidades produtivas de Mariana. 1780-1820

Ano	Mil-réis	Crescimento
1780	2.338,017	%
1790	1.553,452	-33,5%
1800	2.258,324	-3,4%
1810	2.007,632	-14,1%
1820	2.573,165	10,0%

Fonte: ALMEIDA, Carla Maria de C. Minas Gerais de 1750 a 1850: Bases da economia e tentativa de periodização. In: *LPH: Revista de História*. Mariana. Dep. de História da UFOP. Editora da UFOP. n.5.1995.p.91

Ao compararmos os dados encontrados, percebemos, que, no período especificado, o crescimento médio dos montes é consideravelmente maior na freguesia de Guarapiranga do que em relação à Mariana, apesar desta última apresentar maiores valores absolutos. No entanto, cabe lembrar, que os dados obtidos pela Carla Almeida, se referem ao Termo, o que coloca a freguesia de Guarapiranga, ainda mais em destaque. A economia da freguesia demonstra estar em um momento de crescimento, evidenciando ser este, realmente, um período de expansão das atividades agropecuárias. Portanto, por ter sido esta freguesia uma região passível de transição para a agropecuária, com a crise da mineração, Guarapiranga cresceu, apresentando, entre 1790 e 1800, valores médios de Montes-mors superiores aos encontrados no Termo de Mariana.

A agricultura e a pecuária, como já frisamos, passam a ser o eixo central da economia mineira entre os anos de 1810 a 1820. Segundo Carla Almeida, este é um período de rearticulação interna, que vai possibilitar certo dinamismo econômico. A autora afirma que:

“(…) no momento o objetivo era de se auto-suprirem e comercializarem seus eventuais excedentes nos mercados locais – que não eram desprezíveis visto que Minas Gerais ainda tinha um grande contingente populacional herdado da idade do ouro”⁶⁶

Vimos que, a economia da freguesia de Guarapiranga apresentava claros sinais de crescimento e dinamismo, exemplificado pela mercantilização da economia, e por outras características, como uma maior presença de credores e crescente evolução dos valores de monte-mor.

Segundo palavras de Carla Almeida:

“As unidades produtivas em Minas Gerais reagiram à crise da produção aurífera buscando uma independência cada vez maior do mercado no que diz respeito a sua auto-reprodução, ao mesmo tempo em que se rearticulavam internamente para fornecer produtos de subsistência para o mercado inter e intra-provincial. Todos esses dados sugerem que, na economia mineira voltada a produção de artigos de subsistência que se estabeleceu de forma gradativa a partir de 1780 e definitivamente nos anos da década de 1810, a parte do sobre-trabalho apropriada do capital é cada vez menor. Ou seja, a economia do ouro era muito mais dependente do mercado para se auto-reproduzir do que a produção de artigos de subsistência”⁶⁷

⁶⁶ ALMEIDA, Carla Maria C. Minas Gerais de 1750 a 1850: Bases da economia e tentativa de periodização. In: *LPH: Revista de História*. Mariana. Dep. De História da UFOP. Editora da UFOP. n.5.1995. p. 106

⁶⁷ *Idem*. p. 96.

Neste contexto entraria a freguesia de Guarapiranga, que, se baseando em uma produção para abastecer o mercado interno, e apesar de gerar graus de riqueza menores do que as atividades exportadoras, apresentaria um quadro de crescimento e de dinamismo econômico, além do mais, devido sua maior independência do capital mercantil, possuía uma maior resistência frente às crises econômicas.

3. Força da Tradição

A economia de Guarapiranga, apesar de demonstrar sinais de desenvolvimento, é fortemente marcada pela permanência de determinadas características, ou seja, apesar de apresentar um caráter dinâmico em certas

atividades econômicas, a força da tradição ainda se faz presente, e é o que procuraremos mostrar através de uma análise mais detalhada dos inventários dos habitantes da região.

Através dos inventários *post-mortem* poderemos ter uma visão bastante privilegiada de como essa sociedade se organizava econômico e socialmente, pois:

“Estes documentos cartoriais nos revelam a natureza da mão-de-obra empregada e aspectos do caráter da família (número de filhos, por exemplo); as formas de apropriação e uso da terra; os aspectos característicos do processo produtivo da agricultura e pecuária (tamanho e valor de plantio e/ou rebanho, instalações de beneficiamento agrícola e/ou manejo do gado, os instrumentos e a tecnologia do cultivo e de beneficiamento dos gêneros agrícolas), e tratam das atividades complementares e necessárias à produção agropecuária como serviço de tropa e atividades domésticas artesanais (fiação e tecelagem, carpintaria tendas de ferreiro, etc.). Igualmente informam sobre as atividades paralelas que porventura façam parte do contexto produtivo das unidades produtivas agrícolas, como a mineração e o comércio fixo (lojas de fazenda seca, vendas, etc.)”⁶⁸

Portanto, através dos inventários detectaremos o grau de inovação: nas técnicas agrícolas, artesanais, cultivos, etc. Para esclarecer melhor como se dispõem no inventário cada item, apresentaremos e descreveremos dois exemplos. Para mostrar as dissonâncias na sociedade da época, escolhemos o maior e o menor inventário.

Como possuidores dos maiores montes, destacam-se dois proprietários. O inventariado mais abastado que encontramos entre os trinta e cinco proprietários

⁶⁸ ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.* 1995. p.216

trabalhados, é o Cap. Antônio Carneiro e sua mulher⁶⁹. Este possuía um monte-mor que somava 12:471\$837, um valor bem razoável, Entretanto, as dívidas ativas somavam 8:288\$554, o que significava 66,5% do total da riqueza. O proprietário possuía também, um importante número de 19 escravos, que foram avaliados em 1:650\$000. Quanto aos bens de raiz, o Cap. Antonio Carneiro era sócio em algumas fazendas, sendo que sua participação representava 652\$00 do monte-mor. Possuía também algumas terras minerais, no valor de 400\$000, além de existir em valores menores, a presença de instrumentos agrícolas e artesanais, e de rebanho, no valor total.

Outro inventário de valor significativo é o de Anna Maria de Jesus⁷⁰, que totalizava 7:275\$241. Esta inventariada, também possuía dívidas ativas, porém com valores bem menores que o primeiro, somando 721\$411. Esta, também possuía 19 escravos, que foram avaliados em 1:442\$000. Com relação aos imóveis, a inventariada possuía um sítio e uma fazenda no valor de 1:470\$000. Esta proprietária possuía maiores valores aplicados em instrumentos agrícolas e artesanais, possuindo também um importante rebanho, que somava 139\$900.

Dos trinta e cinco inventariados, o que possuía o menor montante, era João Alves de Melo⁷¹. Este proprietário era detentor de um modesto monte-mor de 46\$725, que estava distribuído em terras agrícolas que valiam 30\$000,

⁶⁹ ACSM –Cód. 55 Auto 1227 – 1º Ofício

⁷⁰ ACSM – Cód.26 Auto 667 – 1º Ofício

⁷¹ ACSM – Cód. 94 – Auto 1953 – 1º Ofício.

instrumentos agrícolas, avaliados em 2\$400, artesanais que somavam 4\$650, e por fim um pequeno rebanho que somava 8\$400.

Portanto, vemos através desta descrição, a grande diferença econômica entre a população local, o que gerava uma sociedade altamente hierarquizada e fortemente excludente.

3.1 A hierarquia nos investimentos

Antes de trabalharmos separadamente cada universo produtivo, analisando dentro destes o grau de inovação, seria interessante realizarmos uma análise coletiva, e identificarmos o grau de investimentos em cada universo produtivo na economia de Guarapiranga.

O valor total da unidade de produção, conforme a metodologia que adotaremos, compõe-se da participação dos valores dos instrumentos agrícolas, artesanais, imóveis, cultivos e produtos, rebanho, escravos, dívidas ativas, comércio, equipamentos, mineração, no valor total da riqueza, de acordo com a tabela que se segue.⁷²

⁷² Consideramos como equipamentos, os instrumentos e instalações que se referiam à produção de aguardente, rapadura, açúcar e farinha (mandioca ou milho). Os instrumentos agrícolas eram aqueles diretamente ligados à lavoura, como enxadas, foices, machados, cavadeiras, etc. e os que estivessem explicitamente envolvidos com a transformação da cana ou a produção da farinha, como picão de moinho (para “picar” o milho ainda in natura) quarta para medir, balança, etc. As pedras do moinho, no entanto foram incluídas no item equipamentos. No conjunto de instrumentos de artesanato, reunimos as ferramentas das atividades artesanais domésticas, rocas, teares, instrumentos de tenda de ferreiro, aparelhos de ferrar e atarracar animais, instrumentos de carpintaria, grades para a fabricação de telhas. ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.* 1995, p.221. **Retirado de:** FRAGOSO, “*Terra e Poder*”, Revista Brasileira de História, Março?Agosto de 1986, v.6 nº 12, p.142.

**Tabela VIII: Composição da riqueza nos inventários de Guarapiranga
– 1780-1820**

SETORES	PARTICIPAÇÃO EM %
Dívidas Ativas	36,92
Escravos	34,86
Imóveis	18,47
Rebanho	4,02
Mineração (terras/instrumentos)	3,42
Cultivos e Produtos	1,64
Instrumentos Agrícolas	0,40
Instrumentos Artesanais	0,21
Equipamentos	0,06
Comércio	-

Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM

Através da tabela vemos que a freguesia de Guarapiranga apresenta um quadro bastante interessante. Em primeiro lugar na composição das riquezas, estão as dívidas ativas. Estas dívidas se concentram nas mãos de poucos, uma vez que, como já demonstramos apenas 16 dos 35 proprietários possuíam crédito.

Além do mais, três inventariados, dominavam esse crédito. No inventário do Cap. Antônio Carneiro, e de sua mulher D. Thereza Maria de Jesus e Silva⁷³, vemos que este possuía um crédito de 8:288\$554, ou seja, do total do valor das dívidas ativas, apenas este proprietário possuía 35% delas. O segundo maior detentor de crédito era José Manoel Fernandes de Moura⁷⁴, possuidor de um crédito de 4:235\$437. Logo após vinha D. Francisca Cândida de Oliveira Sande⁷⁵, da qual encontramos em seu inventário uma dívida ativa de 3:050\$315. Estes são exemplos clássicos da concentração de renda, pois apenas três inventariados possuíam 67,6% do total dos créditos, e como confirma Carla Almeida, “outro fator de comprovação da existência e persistência de uma hierarquização social dos livres extremamente excludente na região de Mariana, é a concentração das dívidas ativas em pouquíssimas mãos.”⁷⁶

Seguindo a análise dos dados, constatamos que a Freguesia de Guarapiranga não foge às características do Termo de Mariana. Vemos que nesta região, o investimento em mão-de-obra e terra era bastante significativo, ou seja, do total do percentual da riqueza, 53 % estavam aplicados em escravos, que era símbolo de status para quem o possuía, e na terra, posse esta motivada pelo caráter aristocrata da elite colonial.

⁷³ ACSM – Cód. 55 – Auto 1227 – 1º Ofício

⁷⁴ ACSM – Cód.93 – Auto 1945 – 1º Ofício

⁷⁵ ACSM – Cód.97 – Auto 2032 – 1º Ofício

⁷⁶ ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994. p.188

Segundo Fragoso, este processo é denominado de “reprodução extensiva”⁷⁷. É um sistema econômico que:

“Se baseava numa forma de produção extensiva, no qual o crescimento ou a manutenção dos níveis de produtividade eram dados pela fertilidade do solo (terras virgens) e pelo aumento da área cultivada, as inversões produtivas do excedente se concentravam majoritariamente na aquisição de mão-de-obra e nos imóveis.”⁷⁸

Portanto, nesta economia, onde o que interessava era a incorporação constante de mão-de-obra e terras, o investimento em instrumentos e técnicas agrícolas e artesanais, fica revogado a segundo plano e representava apenas 0,40% e 0,21% do total da riqueza na freguesia de Guarapiranga. É uma economia em que a terra e a mão-de-obra eram fundamentais para a reprodução do sistema, e para o aumento da produção, ou seja, um sistema de produção extensiva, e não intensiva. Neste último, prevalecia um maior investimento em técnicas agrícolas, devido uma maior utilização do solo, o que não acontecia em função da abundância de terras.

Outros dados da tabela VII merecem destaque, como por exemplo, o papel da pecuária, que apesar de alcançar valores pequenos com relação ao total, deixa claro a sua importância para a economia local. A mineração, como já demonstramos não despertar como em seu auge o interesse dos proprietários, apresenta valores importantes. Apesar de ser um momento de predomínio e

⁷⁷ FRAGOSO, João Luis R. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul. (1850-1920)*. Rio de Janeiro. 1983. Dissertação de Mestrado em História UFRJ. P.91 **Retirado de:** ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994. p.

⁷⁸ ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994. p. 179.

intensificação das atividades agrícolas, estas acabam por participar de forma bem modesta, no montante de riqueza, o que pode ser explicado pela predominância na região de produtos básicos da alimentação, que não tinham grande valor de mercado.

No que diz respeito aos equipamentos, estes, na realidade possuem uma participação bem mais importante do que a apresentada na tabela. No entanto, na documentação, na maioria das vezes esses equipamentos e benfeitorias vêm associados à descrição dos sítios e fazendas, tendo seus valores adicionados ao destes imóveis. Como por exemplo, no inventário de Miguel Ribeiro de Andrade, onde consta uma “Fazenda de Roça com senzala, casas de vivenda, paiol, estribaria”⁷⁹, no valor de 1:540\$000. Outro exemplo, é o inventário de Ignocêncio José Machado que possuía “uma fazenda com engenho e lambique”⁸⁰, que valia 1:157\$200. Esses problemas, detectados na documentação, com certeza prejudicam uma análise mais rica e detalhada dos dados.

Outro fator que merece menção é a não existência nos inventários, de dados que demonstrem a presença do comércio entre os inventariados, o que contrasta com os dados recolhidos na Lista Nominativa (Ver tabela III, Cap. I) que mostra a presença de negociantes, e de uma economia dinâmica que tende em certo grau a ser mercantilizada.

⁷⁹ ACSM – Cód. 114 – Auto 2367 – 1º Ofício

⁸⁰ ACSM – Cód. 101 – Auto 2114 – 1º Ofício

3.2 Guarapiranga: Tradição x Inovação

Depois de feita uma análise mais coletiva do percentual de riqueza das unidades produtivas, detectando em quais atividades estava empregado a maior parte do capital, nos prenderemos mais detalhadamente na análise de alguns pontos, que melhor nos podem esclarecer sobre iniciativas que significassem inovações dentro deste mundo camponês, como por exemplo: cultivos, instrumentos e técnicas, etc.

Através da última tabela apresentada, (VIII), vimos que, em se tratando de investimentos, a região de Guarapiranga, nada apresenta de inovador, preservando características arcaizantes de inversões de capital. Portanto, a análise que se segue, visa trabalhar com importantes setores da economia camponesa, e que interessam mais de perto nossa análise, ou seja, verificar até que ponto havia uma complexificação das técnicas e dos cultivos na freguesia de Guarapiranga.

3.2.1 Cultivos e Produtos

Para a compreensão deste tópico, recorreremos de forma fundamental ao primeiro capítulo do texto, mais especificamente à tabela II deste capítulo.

Através dos dados recolhidos para a freguesia de Guarapiranga, podemos constatar que a região não foge muito das características de Minas Gerais, no que se refere às preferências produtivas. Os principais produtos cultivados em Minas

eram o milho, o feijão e o arroz. Recorrendo novamente a Francisco Eduardo Andrade⁸¹, ele nos mostra que os gêneros agrícolas comumente plantados em Minas eram aqueles que faziam parte da dieta dos habitantes, sendo o mais generalizado o milho, seguido pelo feijão. “O milho (farinha de milho, angu e canjica), o feijão e a carne de porco constituíam a base da alimentação da população em Minas Gerais.”⁸² Além do mais, o milho era também importantíssimo para a alimentação dos animais.

Comparando as informações apresentadas pelos autores, com os dados recolhidos para Guarapiranga (tabela II), vemos que esta freguesia apresenta as mesmas características de Minas, predominando a permanência do cultivo do milho e feijão. No entanto, um ponto que chama nossa atenção, é que logo após, vêm o cultivo de algodão, seguido pelo arroz que apresenta a mesma importância que a cana.

A presença da produção de cana explica a existência em Guarapiranga, de atividades que não eram voltadas para a subsistência, como a produção de açúcar, aguardente e a própria pecuária. Segundo Carla Almeida⁸³, eram muito frequentes os engenhos de moer cana, que embora parte de sua produção fosse exportada para o Rio de Janeiro, seu destino parece ser quase sempre a produção de aguardente e açúcar para abastecer o mercado interno provincial. A região de Mariana teve

⁸¹ ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.* 1995 p. 116.

⁸² ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994 p.161

⁸³ *Ibidem.* p. 159

importante produção de aguardente que provavelmente era em parte, exportada para outros mercados. Citando a mesma autora, a presença de alambiques no Termo de Mariana foi sempre crescente, e que de 1782 a 1792: “Mariana produziu uma média anual de Barris de cachaça que variou de 6118 a 11409, sendo que os distritos que registravam a maior produção eram Furquim, Barra Longa, Sumidouro e Piranga.”⁸⁴ Além desta importante produção de cachaça, vemos através da tabela II, a relativa importância do açúcar na produção total de Guarapiranga, frente a própria produção de arroz.

A presença de atividades mercantis e que visavam a exportação é de fundamental importância para compreendermos a economia local. A articulação de atividades voltadas para a exportação e aquelas necessárias à subsistência, era de suma importância para a sobrevivência das unidades produtivas. “Era muito comum a conjugação do cultivo de produtos agrícolas tipicamente destinadas à subsistência (milho, arroz, feijão), paralelamente à produção de gêneros exportáveis.”⁸⁵

Confirmando as informações de Carla Almeida para o termo, apesar da concomitância, acaba sendo complicado definir pelos inventários, até que ponto os primeiros eram para consumo e os segundos para o mercado, ou vice-versa. Mas o importante é percebermos que no Termo de Mariana e na freguesia de Guarapiranga, praticamente inexistia a produção de culturas voltadas estritamente

⁸⁴ *Ibidem* p. 160

⁸⁵ *Ibidem*. p.

para a exportação. O cultivo desses produtos era quase sempre aliado à agricultura de subsistência.

A própria pecuária, que era uma das atividades que mais compensava exportar, necessitava de uma articulação com a agricultura, ou seja: “uma produção diversificada e efervescente para abastecer principalmente o mercado mineiro, conjugada a uma grande exportação de gado vacum, porcos em pé, toucinho e algum açúcar e café.”⁸⁶ As unidades produtivas que viviam exclusivamente da pecuária, acabavam não alcançando altas taxas de lucros, pois, acabavam tendo que investir o capital arrecadado, na compra de mão-de-obra, que geralmente era grande, e principalmente em gastos com produtos de subsistência, fazendo assim, com que tivessem suas taxas de lucro reduzidas. Para alcançar maiores níveis de acumulação, as unidades pecuaristas procuravam produzir conjuntamente produtos de subsistência. É o que encontramos para a freguesia de Guarapiranga, (Tabela I; Cap. I), onde 45,7% dos proprietários possuíam unidades produtivas em que predominavam a agropecuária.

Portanto, encontramos na freguesia de Guarapiranga, um quadro até certo ponto diversificado, pois, a região apresenta características tradicionais, com o predomínio do cultivo de produtos como milho e feijão, e ao mesmo tempo desenvolve atividades voltadas para a exportação, como a produção de aguardente, açúcar e uma importante produção pecuarista.

⁸⁶ *Ibidem*.p. 163.

Outro exercício interessante, e que nos permite detectar a importância destes produtos dentro da economia da região, é identificarmos o valor de cada produto, com relação ao valor do monte-mor. Vejamos a tabela que se segue:

Tabela IX – Valores da produção (em alqueires) em Guarapiranga 1780-1820.

Produtos	Quantidade	Valor total por Produto
Milho	3670,0	432\$000
Feijão	290,0	77\$600
Arroz	133,0	20\$550
Farinha	60,0	18\$000
Algodão	89,0	240\$000
Açúcar	30,0	28\$000
Café	10,0	30\$000
Cana	1,5	310\$000
Total	4283,5	1:156\$450

Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM

Tabela X – Participação (%) dos produtos com relação ao Monte-Mor. Guarapiranga – 1780-1820.

Valor total dos produtos	Valor total do Monte-mor	Valor dos produtos (%), c/relação ao Monte-mor
---------------------------------	---------------------------------	---

1:156\$450

31:211\$790

3,70

Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM

Antes de nos prendermos aos dados das tabelas acima, é preciso que expliquemos a metodologia utilizada para sua confecção. Assim como na tabela II do primeiro capítulo, que trata da produção agrícola de Guarapiranga, utilizamos nestas tabelas, 14 dos 35 inventários pesquisados, visto que nos demais, não consta a produção agrícola, apesar dos indícios já citados. Portanto, na tabela X, o valor total do Monte-mor, diz respeito à soma dos valores que constam nestes 14 inventários.

Com relação à tabela IX, notamos que o milho era realmente produzido em larga escala, apresentando uma produção de 3670,0 alqueires. Entretanto, comparando a produção do milho, com a de cana, percebemos a exorbitante diferença entre a produção e o valor médio de ambos. Enquanto os 3670,0 alqueires de milho foram avaliados em 432\$000, a cana com apenas 1,5 foi avaliada em 310\$000, o que mostra uma rentabilidade muito maior no que se refere à última, podendo estabelecer a mesma relação entre outros produtos, como, por exemplo, o arroz e a farinha.

A tabela X nos apresenta dados interessantíssimos, pois, nos mostra o valor total dos produtos, 1:156\$450, e sua participação em porcentagem no valor total do Monte-mor. Notamos que a participação dos produtos no montante da

riqueza é muito pequena, representando apenas 3,70% do total. De acordo com estes dados, podemos concluir que a freguesia de Guarapiranga se dedicava mais ao cultivo de produtos voltados para subsistência, como, por exemplo, o milho, que tinha pequena valorização na sociedade, dedicando-se em menor escala ao cultivo de produtos mais valorizados no mercado, como a cana, açúcar e o café. No entanto, este fato não tira de Piranga, um papel de destaque na produção e comercialização da aguardente, pois, como nos mostra Carla Almeida, esta freguesia vai se destacar como uma das maiores produtoras de cachaça do Termo de Mariana, no decênio de 1782 a 1792.

Portanto, percebemos que na freguesia de Guarapiranga, apesar da presença de atividades que não eram voltadas para a subsistência, ainda há um predomínio dos produtos que constituem a base tradicional da produção e alimentação mineira.

3.2.2 Técnicas e Instrumentos: Investimentos e inovações

Um universo muito interessante no mundo agrícola, e que merece, mais à frente, um estudo mais aprofundado, é o das técnicas e instrumentos utilizados no mundo colonial. Neste tópico, procuraremos analisar o valor que estes instrumentos possuíam na composição das unidades produtivas, e principalmente as inovações, ou apego às formas tradicionais de instrumentalização, na freguesia de Guarapiranga.

Com relação aos valores dos instrumentos, a tabela VIII no mostra que estes tinham uma participação ínfima no valor do Monte-mor. Os instrumentos agrícolas representavam 0,40% do valor total, enquanto os artesanais, apenas 0,21%. Portanto, percebemos o desinteresse dos proprietários de Guarapiranga em investir em instrumentos de melhor qualidade, além da própria desvalorização destes instrumentos, perante a sociedade colonial.

Tabela XI – Instrumentos de trabalho na Freguesia de Guarapiranga – 1780-1820.

Instrumentos	Quantidade	Valor
Foice	136	82\$054
Enxada	139	78\$826
Machado	63	41\$807
Alavanca	16	28\$564
Cavadeira	4	1\$200
Torquês	2	3\$000
Pé-de-Cabra	1	\$075
Lima	15	5\$500
Facas p/ podar algodão	4	1\$200
Escarofiador	1	\$300
Escaroçador	2	\$300
Roda de Ralar Mandioca	1	5\$400
Aparelho p/ fazer Farinha	1	8\$000
Pá de ferro	1	\$300
Enxó	24	14\$850
Formão	27	6\$165
Serra	19	12\$725
Plaina	4	2\$725
Martelo	18	9\$147
Trincha	2	1\$575
Compasso	8	3\$325
Aparelho de ferrador	2	7\$240
Trado	4	2\$400
Tesoura	3	1\$300
Balança	7	6\$900
Tear	10	37\$000
Roda de fiar	6	15\$500
Picão	6	4\$540
Puxavante	2	\$875
Juntoura	1	\$675
Goiva	1	1\$012
Total	530	384\$480

Fonte: Inventário do I Ofício do ACSM

Tabela XII – Participação (%) dos instrumentos no Valor total do Monte-mor. Guarapiranga – 1780-1820.

Valor total dos Instrumentos	Valor total do Monte-mor	Valor dos Instrumentos (%) c/ relação ao Monte-mor
384\$480	55:903\$303	0,69

Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM

A tabela XI, lista todos os instrumentos de trabalho, agrícolas e artesanais, descritos nos inventários *post mortem* da freguesia de Guarapiranga, como também a quantidade encontrada, e o valor total que foram avaliados. Para se encontrar o valor total do Monte-mor, somamos os valores referentes aos 27 inventários em que consta a presença destes instrumentos. Através destes valores elaboramos a tabela XII, onde apontamos a participação destes instrumentos dentro do valor do Monte-mor. Notamos, que, se tratando dos instrumentos, sua participação na composição da riqueza, é insignificante, representando menos de 1% do valor total. Com isso, constatamos a grande desvalorização que estes instrumentos possuíam no mundo colonial, apesar de sua presença ser fundamental nesta sociedade.

Ao analisarmos a tabela XI, vemos que a freguesia de Guarapiranga não apresenta características diferentes do Termo de Mariana, no que se refere a instrumentalização do mundo agrícola. Segundo Carla Almeida, em observações feitas para o Termo:

“Tanto nas grandes unidades produtivas quanto nas pequenas, ou tanto naquelas que plantavam unicamente milho, feijão e arroz, quanto as que se dedicavam à cana-de-açúcar, os instrumentos utilizados eram sempre os mesmos, consistindo em: machados, foices, enxadas, cavadeiras e alavancas.”⁸⁷

Como afirma Ângelo Carrara⁸⁸, independente da natureza produtiva, toda propriedade rural tinha o mesmo nível técnico, mesma qualidade dos instrumentos, diferenciando-se apenas pela quantidade.

Assim como o Termo, a freguesia de Guarapiranga apresenta instrumentos tradicionais de manejo agrícola. Esta característica pode ser explicada pelo fato de a agricultura desenvolvida no Termo, como em Guarapiranga, baseava-se num mesmo sistema de uso da terra, ou seja, aquele que deixava em segundo plano, a preocupação com os instrumentos agrícolas mais elaborados. Isto acontecia pelo fato de existir também nesta região, uma constante incorporação de terras virgens, e, portanto, mais férteis. Essa abundância de terras acabava por ser o elemento central para se manter ou aumentar os níveis de produção.

Os relatos sobre as técnicas rudimentares e primitivas utilizadas na agricultura colonial são bastante conhecidas, pois, enfatizam a não utilização do arado e de fertilizantes no cultivo.

“O trabalho agrícola se reduzia a roçar e derrubar o mato, ajuntar a madeira e queima-la, fazendo as cinzas o papel de fertilizantes. Em seguida, cavavam-se buracos onde lançavam as sementes e cobriam-nos

⁸⁷ ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994 p. 168

⁸⁸ CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.* 2000. p.54

com terra. A partir daí, pouquíssimos trabalhos eram necessários e variavam de acordo com a cultura”⁸⁹

Juntamente com as queimadas, outra técnica utilizada era o sistema de pousio, que era uma das principais práticas agrícolas, e que consistia em deixar o solo descansando por alguns anos, após utilização contínua.

No entanto, devemos entender que a utilização destas técnicas no Brasil colônia, não se trata de ignorância. Segundo Fragoso estávamos diante de um sistema de uso da terra: “em que a disponibilidade das matas substituíam a existência de um trabalho adicional na refertilização dos solos ou de um longo período de pousio.”⁹⁰ Inovações instrumentais e complexificação das técnicas, seriam utilizadas para compensar as deficiências do solo mais usado com frequência, do que necessariamente para se aumentar a produção.

Portanto, constatamos que devido às condições que a freguesia apresentava, como: disponibilidade de terras a serem incorporadas, e maior aplicação capital na obtenção de mão-de-obra e imóveis, Guarapiranga não apresenta no período delimitado, inovações qualitativas no que se refere aos instrumentos e técnicas de trabalho, permanecendo, como o Termo, presa às formas tradicionais de cultivo.

Considerações Finais

⁸⁹ ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Op. Cit.* 1994, p. 167

⁹⁰ FRAGOSO, João Luis R. *Op. Cit.* 1983.p.75 In: ALMEIDA, Carla Maria C. de.

A economia mineira, como já sabemos, não foi afetada como um todo pela crise da mineração. Algumas regiões, entre elas a freguesia de Guarapiranga, apresentam níveis de crescimento, o que pode ser comprovado através da evolução do monte-mor, que apresenta um valor médio maior que o próprio Termo, pelo fato de serem regiões passíveis de transição para as atividades agropecuárias. Logo após o auge minerador, o que aconteceu em Minas Gerais, foi uma mudança da atividade central, ocorrendo uma inversão nos papéis da mineração e da agropecuária. Apesar dos níveis gerais de riqueza serem decrescente, a economia mineira continuou bastante dinâmica, e menos dependente do mercado internacional.

A freguesia de Guarapiranga caracteriza-se como uma região propícia às atividades agropecuárias, e, portanto, marcada pela presença de camponeses. Encontramos para a região, evidências que comprovam a presença de uma economia campesina, como por exemplo, o predomínio, em Guarapiranga, de proprietários possuidores de pequenos plantéis escravistas. Com isso, logo concluímos, que nestas unidades produtivas, os escravos não eram a mão-de-obra principal, constituindo-se num complemento do trabalho familiar, caracterizando assim a região, como uma área marcada pela economia familiar agrícola. Esta freguesia era, no entanto, marcada por um campesinato que surge dentro do próprio sistema escravista, onde o senhor trabalha ao lado do escravo.

Ao verificarmos que, durante o período pesquisado, é evidente a presença dos camponeses, vimos também que estes possuem características que lhe são bastante peculiares. É um campesinato marcado pela ética de subsistência, ou seja, por um camponês que procura evitar riscos, e que encontra na miséria a sua segurança. Através dos dados levantados, constatamos que a sociedade local manteve suas características tradicionais, como por exemplo, os produtos cultivados, predominando os de subsistência, técnicas e instrumentos utilizados, caracterizando-se como uma região avessa às inovações produtivas.

No entanto, apesar do forte apego às formas tradicionais de reprodução da sociedade, encontramos na documentação, informações que indicam a existência de atividades que não visavam o abastecimento da economia local. A presença da produção de cana, açúcar, aguardente e café, demonstra que também existia em Guarapiranga, atividades voltadas para o abastecimento de outras províncias, em especial o Rio de Janeiro, ou seja, coexistia em algumas unidades produtivas, a produção para a subsistência, e aquela que visava a exportação. Podemos, portanto, afirmar que em certos graus, esta região está ligada a circuitos mercantis, negociando nestes, o seu eventual excedente. Além do mais poderíamos dizer, que este seria um tipo de camponês racional, pois, investe em atividades que não visam somente a subsistência.

Desta forma, podemos dizer, que nossa hipótese em parte foi comprovada, pois, realmente, encontramos na freguesia de Guarapiranga, um mundo camponês

que prima pela estabilidade econômica e social, ou seja, que não arrisca, não inova, mantendo assim, um mesmo padrão de vida, caracterizado pela subsistência, e que não sofre transformações mais profundas. No entanto, também detectamos na região de Guarapiranga, a presença de atividades mercantis de exportação, aquelas que visam especificamente o mercado inter-provincial, além de encontramos na região, um alto número de credores, o que pode ser um indício de prosperidade e dinamismo.

Portanto, na economia de Guarapiranga, que, apesar de apresentar níveis de crescimento e dinamismo, a força da tradição é muito marcante, o que faz com que esta, seja uma região fortemente apegada a um sistema, e à sua reprodução, que gera uma sociedade hierarquizada e altamente excludente.